



RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.



Goiânia, 16 de dezembro de 2014.



1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as ações empreendidas e os resultados da atuação da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa no ano de 2014.

Ao longo desse período foram recebidas e processadas 90 provocações, entre denúncias e atendimentos pessoais, além das participações no Cidadão Participativo. Várias outras atividades também foram desenvolvidas: realização de audiências públicas, palestras, diligências, participação em mediação de conflitos e reuniões, sempre com o propósito de democratizar a discussão das propostas e soluções para os temas.

Também importa destacar que as provocações recebidas tiveram caráter bem diversificado, como questão fundiária, violência policial e negligência médica, entre outros.



O Ministério Público Estadual é a instituição que mais responde aos encaminhamentos feitos a partir das provocações encampadas pela CDH/Alego. Em seguida, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

Infelizmente, embora tenha melhorado muito, o índice de soluções obtidas por esta Comissão ainda está abaixo do que gostaríamos de poder oferecer aos cidadãos e cidadãs. É missão da Comissão fazer cessar ou reparar as mais variadas violações aos Direitos Humanos. Apesar disso, a Comissão tem se empenhado continuamente em tornar sua atuação cada vez mais eficaz, visto que o trabalho que desenvolve se revelou e se revela, a cada dia, a última esperança para aqueles que já bateram em todas as portas de outras instituições, sem sucesso.



O acolhimento que é dispensado a todos e todas que buscam a Comissão, seja pessoalmente, por telefone ou por correspondência física ou eletrônica é direto, sem a burocracia que geralmente é uma barreira ao cidadão comum em diversas instituições do Estado. É essencial que não só a CDH/Alegomas também as entidades e organizações parceiras estejam permanentemente imbuídas desse propósito de prestar o melhor serviço à população e que busquem se fortalecer mutuamente nesse sentido.

No mês de outubro de 2014 a atuação da CDH/Alego transpassou as barreiras nacionais, na oportunidade em que seu presidente, representantes da Defensoria Pública da União e a Cerrado Assessoria Jurídica Popular, participaram de uma audiência na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA), na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em destaque, a violência policial e a denúncia do desaparecimento forçado de 43 pessoas em Goiás entre 2000 e 2013.



Essa atuação da Comissão se alicerça nos compromissos assumidos por seu presidente. Por isso não correu do objetivo de combater de forma incansável e destemida as violações de Direitos Humanos em Goiás, oferecendo o melhor atendimento aos cidadãos e cidadãs que nos buscam. Compromissos esses consolidados ao longo de três mandatos consecutivos nesta Casa de Leis e onze anos ininterruptos na presidência da CDH/Alego, nos quais, se ainda existem muitas violações acontecendo sem que seus autores sejam responsabilizados/punidos, é porém inegável que a atuação da CDH/Alego provocou uma mudança de pensamento daqueles que até então se achavam inimputáveis.



A transformação no entendimento daqueles que até então se enxergavam intocáveis, já pode ser verificada nos reflexos do julgamento do incidente de deslocamento de competência Nº 3. No dia 10 de outubro de 2014, O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que devem ser retirados do âmbito estadual, para serem federalizados, três



inquéritos policiais que investigam os desaparecimentos de três homens e a tortura de outro, depois de serem abordados por militares, em Goiás.

Por mais esse motivo, hoje, os potenciais violadores de direitos sabem que existe uma instituição em Goiás que acolhe, processa e encaminha denúncias e não mede esforços para que haja a devida apuração e punição, indiferente de quem seja o violador, seja ele particular ou agente público de qualquer esfera de governo.



Por fim, com a apresentação deste relatório, a Comissão reafirma sua disposição em continuar buscando incansavelmente cumprir o propósito de sua existência: a promoção e a defesa dos Direitos Humanos no Estado de Goiás.



2. DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS:

Denúncia nº 1/2014 – Questão Fundiária (29/01)

A Comissão recebeu denúncia de ameaças e tentativa de desocupação forçada de família possuidora de terras em cidade do interior de Goiás. A respectiva área é objeto de disputa judicial através de processo que tramita desde 2002.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
10	Ministério Público do Estado – GO	Autuado sob o n. 201400079144e encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Porangatu, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail: 06/03/2014
11	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 2/2014 – Outros (29/01)

Chegou a esta comissão denúncia de que a administração de presídio feminino estaria pressionando uma custodiada que cuida de vários gatos no local a retirar os animais, após a morte de uma detenta diagnosticada com toxoplasmose por supor-se que a doença tenha sido transmitida pelos felinos. A custodiada alega que não tem lugar adequado para colocá-los.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



02	Coordenadoria de Vigilância ZONÓSES	Ofício 2201-2014 – SMS - A Vigilância Sanitária de Aparecida de Goiânia realizou visitas ao Complexo para analisar o estado sanitário e as condições físicas do local, ressaltando inclusive que o Complexo não poderia permitir a criação de cães e gatos, já que os mesmos teriam livre acesso inclusive ao aterrosanitário que se localiza aos fundos do Complexo, tornando-se veículo de possíveis doenças, colocando em risco a saúde das internas.
03	SAPEJUS	

Denúncia nº 3/2014 – Violência contra Mulher (30/01)

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 4/2014 – Homicídio (27/01)

Chegou ao conhecimento da CDH/Alego a notícia do assassinato de uma mulher, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2014, na cidade de Inaciolândia/GO. O crime foi cometido com requintes de crueldade, causando comoção na cidade. Apesar dos esforços da polícia judiciária, até então não houvera respostas satisfatórias no tocante à elucidação crime.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



04	Delegacia Geral da Policia Civil - GO	
05	Mistério Público do Estado de Goiás	Foi-nos informado que: Concluídas as investigações preliminares, o referido Inquérito Policial foi remetido, na data de 27/05/2014, ao Poder Judiciário da Comarca de Cachoeira Dourada, e encaminhado ao Ministério Público, para a análise quanto ao oferecimento da denúncia e representação pela decretação da prisão preventiva, na data de 30/05/2014. Foi indiciado o Sr. Gilson Pereira Silva, qualificado nos autos, pela prática de latrocínio, estando incurso nos ditames do art. 157 §3º, 2ª parte do C.P.
06	Secretaria da Segurança Pública do Estado – GO	

Denúncia nº 5/2014 – Violência Policial (11/02)

Chegou ao conhecimento desta comissão que um policial da reserva remunerada da PM/GO teria sido tratado de forma arbitrária e sofrido agressão física por parte de policiais militares numa ocorrência policial em cidade do interior do Estado.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
07	Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás	Foi instaurada sindicância n.2013.02.07458-Cor PM, portaria 2013.3271 - Sicor, tendo como



		encarregado o CAP QOPM Tiago Messias Cunha de Oliveira. Que conclui, pela não ocorrência dos fatos alegados pela vítima.
08	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400079202 e encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Iporá, para conhecimento e providências pertinentes.
09	Secretaria da Segurança Pública do Estado – GO	Através do ofício foi nos informado que instaurou-se os autos de sindicância n. 2013.02.07458-12ª BPM, em desfavor do sub tenenteR/R 18.837 José Humberto Andrade da Silva

Denúncia nº 6/2014 – Violência contra pessoa em situação de rua (07/02)

Testemunhas denunciaram a essa Comissão que guardas municipais estariam fazendo abordagens abusivas a catadores de lixo reciclável que moram e trabalham no aterro sanitário (“lixão”), em Aparecida de Goiânia. As vítimas estariam sendo agredidas fisicamente, de forma violenta, com um pano enrolado em uma correia, objetivando não deixar marcas em seus corpos. São pessoas que sobrevivem do dinheiro obtido com a venda dos resíduos recicláveis que coletam.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
41	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia – Secretaria Municipal de Defesa Social/Guarda Civil	Ofício 110-2014 – Comunica que a instituição Guarda Civil jamais permitiria atuações irregulares de seus membros.



		Os fatos denunciados serão apurados e, caso necessário serão tomadas as medidas cabíveis.
42	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Diretoria de Resíduos Sólidos	Ofício 536-2014 – Comunica que a guarda municipal está atuando para evitar que catadores que se recusam a deixar a área e vem até mesmo se escondendo em meio ao lixo possam ser atropelados ou serem vítimas de algum outro acidente no processo de compactação do lixo. Pede apoio da CDH/ALGO para convencer os catadores a aceitarem uma das opções oferecidas para que deixem a área, uma vez que sua presença foi proibido pelo Art. 48 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma vez que o Lixão não é um ambiente adequado para essas pessoas ficarem. Entre as opções oferecidas pela Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia para poder ajudar este pessoal, está o trabalho em um Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos para trabalhar com a reciclagem.
43	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400079161e encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Aparecida de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail 06/03/2014



Denúncia nº 7/2014 – Negligência/Omissão Estatal (11/02)

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 8/2014 – Abuso de Poder (11/02)

Chegou a Essa Comissão denúncia enviada pelo gabinete da Deputada Federal Érica Kokayrelatando abuso de poder e/ou arbitrariedades cometidas por policial civil contra agente penitenciário, em cidade do entorno de Brasília, consistindo na sua prisão sem qualquer motivo previamente estabelecido, na qual o ofendido sofreu humilhações e constrangimentos ilegais.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
19	Ministério Público do Estado de Goiás	Ofício 050-2014-MPE encaminhou cópia da promoção do arquivamento do procedimentos administrativo que havia sido instaurando, pois já existe procedimento administrativo de acompanhamento, com isso não há necessidade de prosseguir dois procedimentos sobre o mesmo fato.
20	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Ofício 137-2014- Secretaria da Segurança Pública e Justiça do Estado – GO – comunica que o processo administrativo instaurado em desfavor do Policial Civil foi arquivado uma vez que a matéria fática não se evidenciou comprovada nos Autos.

Denúncia nº 9/2014 – Omissão Estatal (20/02)



Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 10/2014 – Omissão Estatal (20/02)

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 11/2014 – Maus Tratos (20/02)

A denúncia refere-se a maus tratos a que os pacientes de uma clínica de recuperação de dependentes químicos localizada em Itumbiara, estariam sendo submetidos. Foi relatado que funcionários da clínica haviam agredido uma paciente durante uma tentativa de fuga do local por um grupo de pacientes.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
29	Ministério Público do Estado de Goiás	Procedimento n. 201400071662 – encaminhado à coordenação das promotorias da capital
30	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Encaminha cópia do Despacho nº 2945/2014, do Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil do Estado de Goiás e anexo, que tratam do assunto. Foi instaurado inquérito policial n.029/2013 pelo GENARC/Itumbiarae posteriormente remetido ao 1º D.P

Denúncia nº 12/2014 – Negligência (21/02)

Por meio de um ofício remetido pela Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás, ASSED-GO, chegou ao conhecimento desta comissão relato descritivo sobre as inúmeras precariedades que as unidades de ressocialização de adolescentes vivenciam há vários anos. São precariedades que dizem respeito a questão estrutural das unidades, insalubridade das instituições, insuficiência de servidores, e a



insegurança constante a que estão submetidos. É relatada também a existência de desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema Nacional Sócio Educativo, e Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social, na questão socioeducativa, por parte da Administração estadual.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
31	Ministério Público do Estado de Goiás	Ofício 171-2014 – Informa que visando melhorias no sistema socioeducativo, foi firmado em 07 de agosto de 2012, o Termo de Ajustamento de Conduta n. 001/2012, do qual constam como signatários, o Ministério Público, a Corregedoria-Geral de Justiça e vários segmentos do Governo do Estado de Goiás. As obrigações assumidas pelo estado de Goiás no TAC n. 001/12 estão em andamento. O Ministério Público por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, vem realizando reuniões periódicas com representantes do Governo Estadual.

Denúncia nº 13/2014 – Negligência (25/02)

Chegou a conhecimento desta Comissão, que no HUGO (Hospital de Urgências de Goiânia): pacientes viriam sofrendo maus tratos por parte dos funcionários; haveria falta de funcionários fazendo com que os enfermos não tenham a atenção devida e haveria casos de falta de alimentos e medicações necessárias. Tudo isso vem prejudicando a recuperação dos pacientes.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
44	Secretária Estadual de Saúde	
51	Governo do Estado de Goiás	Através do ofício, foi encaminhado Memorando n. 167/2014-SUNAS/SES-GO da Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde, contendo informações concernentes à denúncia.
52	Ministério Público do Estado de Goiás	Foi anexado no procedimento já existente de 2012 no MP. Nº 201200087510

Denúncia nº 14/2014 – Tortura (10/03)

Denúncia não processada tendo em vista sentença absolutória em desfavor do denunciado com trânsito em julgado.

Denúncia nº 15/2014 – Violência contra a mulher (10/03)

Chegou à essa Comissão denúncia, relatando assassinato de mulher supostamente pelo seu esposo, que é policial militar, sendo um crime passional. Conforme o relato, o suposto autor do homicídio fez ameaças a família da vítima, especialmente, à mãe que teme por sua vida.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
54	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Memorando 16/2014 – Delegacia de Polícia de Caiapônia – o memorando vem informar que de acordo com as perícias e as provas produzidas o acusado foi indiciado de acordo com o Artigo 121 do



		Código Penal brasileiro, o processo já foi encaminhado para a COMARCA de Iporá e terá seu andamento devido.
55	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 16/2014 – Omissão Estatal (21/02)

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 17/2014 – Omissão Estatal (04/04)

A CDH/Alego recebeu a denúncia onde narra-se que um senhor teria desaparecido no dia 12 de janeiro de 2013, nas imediações do município de Acreúna/GO. O desaparecimento teria ocorrido logo após a vítima ter feito contato com familiares, que à época residiam na capital, na ocasião o irmão vítima teria ficado responsável por buscalo na cidade de Acreúna.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
27	Secretaria da Segurança Pública do - GO	O ofício 27-2014 - CDH-ALEGO foi encaminhado ao Delegado Geral da Polícia do Estado de Goiás, através do memorando n. 21-2014 - GAB
28	Ministério Público do Estado de Goiás	Através do ofício foi nos informado que considerando a complexidade dos fatos narrados e sua gravidade, o inquérito civil público instaurado no âmbito desta promotoria permanece em trâmite, com o fito também de acompanhar e aguardar a conclusão das citadas



		investigações, tanto no âmbito da Corregedoria da Polícia Militar, quanto do grupo Especial de Representação ao Crime Organizado.
--	--	---

Denúncia nº 18/2014 – Violência Policial (11/03)

Denúncia não processa por falta de informações da vítima.

Denúncia nº 19/2014 – Desaparecimento (17/03)

A Comissão foi acionada por filho que busca auxílio para obter esclarecimentos acerca das circunstâncias que motivaram a morte de seu pai que seria um camponês que participou da luta pelas terras de Trombas-GO.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
59	Ministério Público Federal	
60	Comissão Nacional da Verdade	

Denúncia nº 20/2014 – Assédio Moral (19/03)

Servidor de instituição financeira denuncia que teria sofrido assédio moral por parte de seus chefes após suposto mal entendido, desencadeando uma série de injúrias, difamações, e calúnias, contra sua pessoa.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
61	Presidência da Caixa Econômica Federal	Pelo ofício nos foi informado que o assunto já está sendo tratado pela instituição sob a ótica disciplinar. E que no dia 24/03/2014, foi instaurada análise



		preliminar, para averiguação dos fatos, de acordo com as normas da CAIXA.
62	Ouvidoria da Caixa Econômica Federal	Ofício 133-2014 – Gerência de Filial de Programas Sociais – está sendo tratado sob ótica disciplinar, os fatos estão sendo averiguado.

Denúncia nº 21/2014 – Homicídio (04/04)

Denúncia relata assalto a um grupo de jovens que estavam em carro. Teria havido reação por parte dos jovens, sendo um deles assassinado e posteriormente outros integrantes do grupo também foram mortos. A família do único sobrevivente teme pela sua vida, e vem pedindo proteção policial.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
70	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Em atenção ao ofício supramencionado requisitando esclarecimento e providências acerca de denúncia de "crimes de ameaça e execução patrocinados por agentes do estado", temos informar que o mesmo foi repassado ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, através do Memorando n 020-2014 - GAB. O Ofício 526/2014 encaminha cópia do Despacho n.2121/2014, do Gabinete da



		Diretoria da Polícia Civil do Estado de Goiás, que tratam do assunto, para conhecimento e demais providências.
72	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400146204 e encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Comarca de Aparecida de Goiânia para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 22/2014 – Omissão Estatal (09/04)

Filha denúncia à esta Comissão que sua mãe já idosa, aguardaria a mais de três anos por uma cirurgia no joelho a saber “Autoplastia Total do Joelho” no Hospital Geral de Goiânia, esse procedimento a ser realizado é de caráter urgente,

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
74	Diretoria Geral do Hospital Geral de Goiânia – Go	
75	Ministério Público do Estado de Goiás	O Ministério Público do Estado de Goiás, por meio de sua 65ª Promotoria de Justiça e conseguiu que a idosa realizasse todos os procedimentos necessários.

Denúncia nº 23/2014 – Violência Policial (09/04)

Casal relata agressão por parte de policiais militares, quando voltavam de uma pizzaria onde tinham ido para trocar moedas. Os policiais agrediram o homem com socos, pontapés e verbalmente, o fato ocorreu por volta das 22:30 horas, segundo relato os



policiais militares ameaçaram o casal, falando que toda vez que eles voltasse naquela região iriam ser recebidos da mesma forma.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
73	Coordenação do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial	<p>Para viabilizar o início das investigações, solicito os bons préstimos de fornecer a este Grupo Especializado de Controle Externo o endereço para a localização das vítimas ou, caso prefira, que elas sejam orientadas a comparecer na sede deste Ministério Público, a fim de prestar esclarecimentos e para que sejam requisitadas perícias médicas. Outrossim, solicito informações sobre eventuais lesões que tenham essas vítimas sofrido. Caso haja lesões, a fim de que elas não desapareçam (a efemeridade das lesões é fato comum!), sugiro que elas se submetam a consulta médica, por médico assistente, com urgência, pois o relatório médico pode ser suficiente para demonstrá-las. As imagens serão solicitadas por este grupo de atuação, conforme sugerido por Vossa Excelência, porém, a instauração de procedimento investigatório está jungida às informações supra. E-mail 10/04/2014. Através do ofício foi encaminhado cópia do relatório conclusivo exarados nos autos do procedimento de investigação</p>



		criminal n. 04/2014, instaurado para apurar agressão física praticada por policial militar.
--	--	---

Denúncia n° 24/2014 – Negligência (14/04)

Denúncia anônima relata que médico em uma cidade do interior de Goiás está sofrendo abuso de poder por parte de Delegada da Polícia Civil, não tendo seus direitos garantidos.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
78	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
79	Ministério Público do Estado de Goiás	Diante do exposto, inexistente qualquer irregularidade nos procedimentos adotados por ocasião do cumprimento da ordem de prisão em desfavor do investigado, conforme se descreve a denúncia, só resta a este órgão ministerial determinar o ARQUIVAMENTO destes autos de Procedimento Administrativo

Denúncia n° 25/2014 – Negligência (12/04)

A denunciante relata descaso num colégio no interior do Estado de Goiás, onde aponta inúmeras precariedades e ingerência administrativas no tocante a condução desse colégio, com problemas desde a falta de professores até a falta de matérias de trabalho.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



77	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400159852 foi encaminhado respectivamente à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Águas Lindas de Goiás para conhecimento e providências pertinentes.
----	---------------------------------------	--

Denúncia nº 26/2014 – Violência Policia (12/05)

Denúncia de abuso de poder e tortura com violência física perpetrada por policiais militares a estudantes, professores e demais que se encontravam em local onde acontecia evento estudantil contra o Golpe Militar de 1964.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
105	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 27/2014 – Negligência (14/05)

Denúncia não processada.

Denúncia nº 28/2014 – Negligência (19/05)

Denunciante relata que tem três filhos, porém estão sobre a guarda do pai, a mesma não conseguia ver as crianças, após ingressar com um pedido judicial teve seu direito reconhecido, mas seu ex-esposo não está respeitando a ordem judicial permitindo então que ela passe somente uma média de trinta minutos com as crianças, informa ainda que somente vê dois dos seus três filhos.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
145	Procuradoria Geral de Justiça do Mato Grosso	O ofício informa que as denúncias são infundadas e inverossímeis. Não obstante, todo o decurso do



		processo judicial tem sido baseado nos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como no devido processo legal, buscando garantir a efetivação da justiça e do direito das partes. E que acima da lide entre a denunciante e o pai das crianças está o bem estar das mesmas, que até o presente momento, mostra garantido mantendo-os sob a guarda do pai.
--	--	---

Denúncia nº 29/2014 – Omissão Estatal (23/05)

A Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia de que moradores do Setor Jardim das Mangabeiras, na região leste da capital, foram remanejados para o setor Terra Prometida na Região Metropolitana, sendo que os lotes adquiridos pelas famílias estão impedidos de serem regularizados no cartório de registro de imóveis devido às irregularidades e a legislação do plano diretor.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
137	Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de Goiânia – GO	Solicitou ao secretário da secretaria de habitação de aparecida de Goiânia as certidões de regulação dos lotes e desde 25/08/2014 estão aguardando retorno.
138	Prefeitura Municipal de Goiânia – GO	

Denúncia nº 30/2014 – Negligência (21/05)



A Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia de omissão médica que teria resultado na morte de uma criança numa clínica particular nesta capital, sendo que a assistência médica só teria sido prestada quando a criança já estava perdendo a vida.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
134	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás – GO	O Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás por meio do Of. 5250/2014, informa que foi aberto procedimento administrativo para apurar possíveis irregularidades cometidas pelos profissionais médicos que prestaram o atendimento.
135	Ministério Público do Estado de Goiás	A Promotoria de Justiça requisitou a instauração de inquérito policial, objetivando a apuração dos fatos.
136	Delegacia Geral da Polícia Civil	MPE/GO nos informou que os autos do inquérito policial que apuram as circunstâncias da morte da criança, já foram Remetidos ao Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Denúncia nº 31/2014 – Violência Policial (21/05)

Advogado foi vítima de arbitrariedade cometida por policiais militares na região do terminal do DERGO em Goiânia, na ocasião de abordagem policial. Também estão sendo vítimas de violência naquele local profissionais do sexo e pessoas que ali transitam, devido a região ser conhecida pelo histórico de prostituição.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



89	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
90	Ministério Público do Estado de Goiás	Através do ofício foi nos informado que para a discussão de propostas visando mitigar a situação de conflito instalada na região do DERGO, foi criado um grupo de trabalho, composto pelos mais diversos atores, cujas reuniões tem ocorrido na sede do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa também que foi instaurado inquérito civil público para a apuração dos fatos noticiados.

Denúncia nº 32/2014 – Questão Fundiária (29/04)

A Comissão de Direitos Humanos recebeu a denúncia de que cerca de 60 famílias estão na iminência de serem retiradas do loteamento vitória, no Interior do Estado de Goiás, devido a uma ordem judicial de reintegração de posse por Vara Cível da Comarca da Região. Não há determinação de que a respectiva reintegração ocorra de acordo com o que determina o decreto estadual nº 5.6242/2002, ou seja, que o cumprimento da ordem judicial por parte da polícia militar seja precedido da mediação de conflito do comitê de gerenciamento de crise.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
91	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Segundo informações do major PM José Roberto Porffirio, Comandante da 39 CIPM, uma viatura da Polícia Militar esteve presente no Bairro Vitória para acompanhar e garantir a integridade



		<p>física do Oficial de Justiça designado a notificar as vinte (20) famílias requeridas no Mandado de Reintegração de Posse da área pública do município de Itaberaí. As referidas famílias saíram pacífica e voluntariamente, recebendo apoio da Prefeitura que as transportam para locais seguros. Conforme informações do comandante da 39 CIPM, presença de uma VTR se deu apenas no momento da notificação e no decorrer do dia através do patrulhamento, já previsto anteriormente no Cartão Programa, para atendimento dos bairros da região.</p>
92	Ministério Público do Estado de Goiás	<p>MPE/GO nos encaminhou cópia da decisão judicial de reintegração de posse do Loteamento Vitória no município de Itaberaí-GO. Pelo relatório do Auto 201300748766, o Juiz da Comarca de Itaberaí Dr. Ernani Veloso de Oliveira Lino indefere os pedidos de intervenção do Comitê de Gerenciamento de Crises para mediação de conflitos.</p>

Denúncia nº 33/2014 – Omissão Estatal (06/05)

Chegou ao conhecimento da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que feirantes da tradicional “Feira da Fé” da cidade de Trindade, podem ser removidos do local, pois uma ação possessória tramitada em julgado estaria dando o direito de retirar esse pessoal do local ao município.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
98	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
99	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400191423, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Trindade, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail 19/05/2014

Denúncia nº 34/2014 – Negligência (21/05)

Foi denunciada a esta comissão omissão do poder público em relação a segurança do Cemitério Parque, em Goiânia, após incêndio no prédio onde se localiza a administração com indícios de ter sido criminoso.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
131	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400225250, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes.
132	Prefeitura Municipal de Goiânia	
133	Secretaria de Assistência Social de Goiânia	

Denúncia nº 35/2014 – Perseguição Política (27/05)

Chegou ao Conhecimento desta comissão denúncia de que as prisões dos militantes ligado à manifestações em combate ao aumento da tarifa de ônibus da capital teriam sido motivadas por interesse econômico das empresas ligadas na área.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
139	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Tratam do assunto o Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil do Estado de Goiás e anexos. Foram enviados a comissão CDH-ALEGO cópia do despacho n. 3259/2014.
140	SAPEJUS	Foi encaminhado para a SUSEP(SUPERINTENDENCIA DE SEGURANÇA DE PENITENCIARIA), não tiveram informações da suspeita.
141	Ministério Público do Estado de Goiás	O ofício informa que os autos de inquérito e seus apensos encontram sob estudo, estando à disposição para eventual exame, caso sejam identificados prisões arbitrárias, serão encaminhados à Promotoria de Justiça com atribuição para adoção de providências cabíveis. Ressaltando que os autores já se encontram em liberdade.

Denúncia nº 36/2014 – Negligência (28/05)

A comissão recebeu denúncia em desfavor de alguns policiais militares, que teriam atuado de forma abusiva e violenta contra posseiros do Acampamento padre Pedro Jordáda fazenda Arara, na GO 336, em Itapaci, destruindo benfeitorias e barracas, numa ação de reintegração de posse de área no interior do Estado de Goiás.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
142	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Através do ofício foi nos informado que a Comissão de Conflitos Fundiários reuniu-



		se no dia 13 de maio de 2014 com o objetivo de buscar soluções legais e pacíficas para o cumprimento da Ordem judicial. E que referente aos prejuízos relatados, esclarecem que a ação foi pautada por ordem judicial, a qual não cabe questionamento, apenas que seja cumprida.
143	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400225249, foi encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itapaci, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail 09/06/2014

Denúncia nº 37/2014 – (28/05)

Denúncia não processada por insuficiência de dados

Denúncia nº 38/2014 – (02/06)

Denúncia não processada.

Denúncia nº 39/2014 – Homicídio (10/06)

Denúncia não processada por falta de dados

Denúncia nº 40/2014 – Omissão Estatal (11/06)

Chegou a conhecimento da CDH que moradora da cidade de Palmeiras de Goiás vem enfrentando problemas com a falta de infraestrutura em seu lote, como: a falta de esgoto, falta de água potável, falta de energia elétrica e de vias de acesso asfaltadas. O denunciante já recorreu à prefeitura mais nenhuma providência é tomada pelos órgãos competentes.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
165	Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás	
166	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400274594 e encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail 11/07/2014

Denúncia nº 41/2014 – Violência Policial (11/06)

Entidade ligada ao combate à violação aos direitos humanos de Goiânia denunciou existência de uma política para higienização social que estaria em curso na Região Oeste de Goiânia-GO, sendo executada por policiais militares que atuam ali, agredindo fisicamente e verbalmente e também ameaçada para inibir e/ou retirar pessoas que historicamente se firmaram nas proximidades, tais como, donos de bares, os/as profissionais do sexo, e transeuntes que se beneficiam do serviço prestado por esses.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
148	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob o n. 201400254770, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes. E-mail 30/06/2014
149	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	O ofício informa que existe Oficial Superior designado para realizar levantamentos preliminares visando apurar os fatos denunciados.



Denúncia nº 42/2014 – Outros (25/06)

Famílias de um assentamento no interior do Estado de Goiás serão retiradas devido a uma decisão judicial. Por não terem para onde ir existe a possibilidade de confronto entre posseiros e policiais, pelo histórico de violência em reintegrações de posse no Estado.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
157	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Informo-vos que não recebemos nenhuma comunicação anterior sobre esta re-invasão, mesmo que informalmente, e que sem o encaminhamento Oficial por parte do Judiciário ou da Polícia Militar, não há possibilidades de atuação desta Comissão. 1º Ten QOAPM Telma Lúcia Bernardes Comissão de Conflitos Fundiários Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás
158	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 43/2014 – Negligência (24/06)

Pai denuncia que seu filho, detento na Casa de Prisão Provisória do Estado de Goiás, encontra-se com sérios problemas de saúde na pele, devido à não adequada higiene do local e sem tratamento médico. Relata que na mesma cela onde seu filho está morreram outros dois detentos com doença semelhante.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
160	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado sob os n. 201400254809, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 44/2014 – Ameaça de Morte (24/06)

Denúncia não processada por falta de documentos.

Denúncia nº 45/2014 – Omissão Estatal (18/06)

Não processada por falta de informações.

Denúncia nº 46/2014 – Omissão Estatal (03/07)

Denunciante procura a CDH/ALEGO, para pedir ajudar para conseguir realizar uma cirurgia plástica abdominal (Dermolipectomia abdominal não estética), que já teria sido liberada pelo hospital desde 2011 mas os médicos estariam colocando empecilhos para fazê-la. Foi relatado que a paciente vem enfrentando várias complicações devido a falta da realização da cirurgia.

167	Secretaria Estadual da Saúde	
168	Diretoria Geral do Hospital Geral de Goiânia	Através de ofício foi informado que a paciente realizou exames pré-operatórios em junho de 2014 e que, por solicitação da Dra. Vanessa Silva e Souza retornará ao Hospital Alberto Rassi - HGG para novos exames em 09/10/2014



169	Ministério Público do Estado de Goiás	Ofício 490-2014: Nos termos do artigo 26, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.625/93, requisito que sejam comunicados os dados pessoais (RG, CPF, Endereço e contato), bem como enviado o relatório/documentação médica que comprovem a necessidade da paciente Sra. Cláudia da Silva e Cruz ao procedimento cirúrgico.
-----	---------------------------------------	--

Denúncia nº 47/2014 – Ameaça/Perseguição (03/07)

Vítimas procuraram a Comissão de Direitos Humanos para relatar que enquanto faziam entrega de um material informativo social em Aguas Lindas/GO foram ameaçadas por pessoas com um carro Público da Prefeitura local. Ao saírem local foram perseguidos e lhes era determinado que parassem o veículo. Amedrontadas as vítimas se dirigiram para a delegacia mais próxima onde registraram o ocorrido.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
172	Ministério Público do Estado de Goiás	Autuado neste Órgão sob o n. 201400319724, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Lindas, para conhecimento e providências pertinentes.
173	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 48/2014 – Violência Policial (17/07)



Denunciante procura a CDH/ALGO para relatar que vem sofrendo perseguições constantes de policiais militares que integram o grupo da ROTAM na cidade de Inhumas, pois as vítimas são donas de um bar alternativo, certa vez os policiais invadiram o estabelecimento e agrediram frequentadores do local e prometeram que iriam voltar para fechar de vez o bar.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
174	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
175	Ministério Público do Estado de Goiás	A 2ª procuradoria de Inhumas, a audiência foi marcada para 28/10/2014. Nº dos autos 555770739 projud.

Denúncia nº 49/2014 – Negligência/Omissão Estatal (17/07)

Chegou ao conhecimento da CDH/ALEGO a informação de que a medida provisória de nº 151/90, editada no governo do então Presidente Fernando Collor, determinou a extinção do BNCC, (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) transferido suas principais atividades para o ministério da Agricultura (MAPA), sendo seu patrimônio para a própria União e, sem um motivo justo e observância do devido processo legal, os seus servidores, em torno de 1.239 (mil duzentos e trinta e nove), foram demitidos e, assim perderam os seus vínculos de trabalho com o serviço público, independentes de serem estáveis/e ou efetivos, acarretando-lhes danos de várias espécies.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
176	Casa Civil da Presidência da República	O Ofício informa que o expediente foi recebido na Casa Civil no dia 13 de agosto de 2014, e remetido ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão,



		por tratar de matéria de competência daquele órgão.
--	--	---

Denúncia nº 50/2014 – Violência Policial (04/08)

Denunciante procura a CDH/ALEGO, para relatar que foi agredido na cidade de Caiapônia por um policial militar que abusou de seu poder, a situação no primeiro momento foi resolvida com a chegada do pai do jovem que é bastante conhecido na cidade. Uma semana após o primeiro ocorrido o jovem foi abordado novamente pelo mesmo policial, neste momento o policial acabou se alterando, e agrediu o rapaz novamente, deixando marcas em seu corpo.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
186	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 51/2014 – Violência Policial (30/06)

Denúncia não processada.

Denúncia nº 52/2014 – Perseguição Política (30/07)

Funcionário da Caixa Econômica Federal procurou essa Comissão para relatar que por problemas com o seu superior hierárquico não conseguiu transferência de sua atual cidade para a cidade de Brasília gerando sérios problemas no convívio do dia a dia no seu local de trabalho.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



185	Ouvidoria da Caixa Econômica Federal	Informa que o problema resolvido imediatamente concedendo a transferência do funcionário para uma agência da Caixa Econômica Federal em Brasília.
-----	--------------------------------------	---

Denúncia nº 53/2014 – Desaparecimento (29/07)

A Comissão recebeu denúncia de desaparecimento de jovem, por seu irmão, sendo visto pela última vez dentro de uma viatura da polícia militar no Jardim Botânico, no dia 23 de Julho de 2014 às 14:00 horas.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
177	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
	Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa do Estado de Goiás.	No dia 18 de dezembro de 2014, através de contato telefônico com a família, fomos informados que o jovem foi encontrado.



Denúncia nº 54/2014 Outros – (31/07)

O senhor Alexander Vitor Noronha fundador da Arpa Brasil (Associação de Proteção aos animais em Goiás) procurou esta Comissão para relatar que foi procurado por uma servidora do presídio feminino de Aparecida de Goiânia/GO, para retirarem os gatos que lá existem, pois a administração do presídio não querem que os animais continuem no local.

178	Coordenadoria de Vigilância em Zoonoses de Aparecida de Goiânia	Em resposta ao Ofício nº178/2014, já adianto que a parceria com a ARPA Brasil já estava sendo feita antes mesmo da chegada do Ofício e a Vigilância em Zoonoses está em contato direto com o Alexander Noronha e o transporte dos animais já estão ocorrendo como consta abaixo as datas das ações já realizadas. Ressaltando também que sempre quando somos constatados realizamos as solicitações dos animais do Complexo Prisional, recolhendo eles do Complexo, levando para a Clínica estabelecida pela ARPA. Após cirurgia buscamos novamente na Clínica e levamos para o Complexo para ser feita a soltura.
179	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	O ofício nos informa as tratativas adotadas para a solução do problema. Acrescenta que o trabalho de captura, esterilização, vermifugação e identificação dos animais continua sendo feito normalmente com a associação ARPA BRASIL em parceria com o centro



		de Zoonoses de Aparecida de Goiânia / GO.
--	--	---

Denúncia nº 55/2014 –Omissão Estatal (30/07)

Denúncia não processada.

Denúncia nº 56/2014 –Omissão Estatal (13/08)

Idoso denuncia que precisa de medicamentos em caráter de urgência, mas não consegue recebê-los da rede pública em Goiânia, por ter o seu cadastro no SUS em outra cidade. O paciente já tentou fazer esse cadastro na capital, porém os responsáveis informaram que não poderiam cancelar o cartão anterior e fazer outro.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
187	Secretaria de Saúde do Estado de Goiás	Está na 53ª Promotoria de Justiça de Goiânia, aguardando retorno do denunciante após uma consulta que teve em 29/09/2014 e não entrou mais em contato.
190	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, firmou acordo com o Ministério Público de Goiás, por meio do Termo de Cooperação Técnica para fornecimento de medicamentos não padronizados mediante parecer favorável da Câmara de Avaliação Técnica em Saúde. Orientamos o paciente a procurar o Centro de Apoio Operacional da Saúde - CAOSAÚDE do Ministério Público para mais informações.



		Concluimos enfatizando que, ainda que a Secretaria de Estado da Saúde/GO dispense atenção especial ao caso, não possuímos os medicamentos solicitados em estoque para dispensação à população, portanto, não há como atender à solicitação administrativa em questão.
--	--	---

Denúncia nº 57/2014 – Omissão Estatal(13/08)

Jovem condenado há 5 anos e 6 meses de reclusão no regime semi-aberto, é portador de distúrbios mentais e necessita de medicamentos controlados com frequência. Sua mãe teme por sua vida, pois está sendo ameaçado de morte por várias pessoas.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
188	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	
189	Ministério Público do Estado de Goiás	O MP informou que os expedientes autuado neste Órgão sob o n. 201400334536 foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 58/2014 – Violência Policial(14/08)

Familiares de detentos da Cadeia de Santo Antônio do Descoberto-GO, denunciaram a existência de torturas e agressões dentro das celas. As agressões geralmente acontecem no período noturno. Denunciam também a má qualidade da alimentação que é oferecida a eles.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
193	SAPEJUS	Através do ofício foi encaminhado memorando nº495/2014 - GEO/SAPEJUS, com as informações prestadas pelo Gerente de Ouvidoria da SAPEJUS, referente à situação da Unidade Prisional de Santo Antônio do Descoberto.
195	Ministério Público do Estado de Goiás	O MP informou que o denunciante não apresentou elementos concretos mínimos que viabilizassem a delimitação do fato a ser apurado.

Denúncia nº 59/2014 – Violência Policial (06/08)

Mãe denuncia que seu filho, egresso do regime semiaberto, foi executado por policiais militares no município de Indiária/GO, informa ainda que ela, o esposo, e outro filho que encontra-se preso na Penitenciária Odenir Guimarães – POG, também são ameaçados de morte.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
184	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que os expedientes autuados neste Órgão sob o n. 201400334552 foi encaminhado à Promotoria de Justiça da comarca de



		Jandaia para conhecimento e providências pertinentes.
--	--	---

Denúncia nº 60/2014 – Omissão Estatal(26/08)

Mulher vítima de violência doméstica alega que as autoridades locais não estariam fazendo valer medida protetiva, e assim seu ex- companheiro e agressor persistia nas ameaças e agressões que motivaram a ordem judicial.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
198	Ministério Público do Estado de Goiás	Em resposta obtive o esclarecimento de que o denunciado foi condenado a cumprir medidas de urgência, proibição de determinadas condutas, entre as quais a) não aproximação da ofendida e de seus familiares a uma distância mínima de 100 metros b) manter contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação ofendida; e) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
199	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	O ofício relata que foi encaminhado ao Fórum desta Comarca, um procedimento investigativo no qual a denunciante figura como vítima e indicia seu companheiro. E ainda térmita no cartório da Delegacia de



		Polícia da cidade outro procedimento lavrado em 09 de setembro de 2014, em fase de conclusão, tendo os mesmos personagens envolvidos, e como suposto crime, prática de ameaça.
200	Fórum de Taquaral	Foi anexado em um processo administrativo já existente na comarca, o processo está concluso desde o dia 09/09.

Denúncia nº 61/2014 – Reintegração de Posse(27/08)

Representantes da Associação dos sem tetos de São Simão/GO denunciaram que a Prefeitura local não atendeu todas as famílias carentes com moradia em determinado loteamento da cidade, alegam que 40 famílias foram beneficiadas pelo programa habitacional, porém, seriam necessárias duzentas casas, para famílias que não foram contempladas, somente doze obtiveram assistência do executivo local, e as demais ficaram a esperar.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
203	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Através do ofício foi nos encaminhado o ofício 114/2014-PM/3 com relatório da operação.
204	Ministério Público do Estado de Goiás	MP nos informou que o expediente supracitado, autuado sob o n. 201400354684, foi encaminhado para a Promotoria de Justiça da comarca de São Simão, para conhecimento e providências pertinentes.



Denúncia nº 62/2014 – Reintegração de Posse(27/08)

Denúncia não processada em razão de não existir ação judicial em trâmite com a finalidade de fazer com que os ocupantes se retirem do local.

Denúncia nº 63/2014 – Violação de Prerrogativas de advogados na Casa de Prisão Provisória em Aparecida de Goiânia.(29/08)

Reeducando da Penitenciária Odenir Guimarães estaria sendo agredido por companheiros de cela, sua advogada, ao tentar intervir e fazer cessar as agressões, teria sido desrespeitada por parte de servidores da instituição.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
205	Ministério Público do Estado de Goiás	O MPE/GO informa que dos autos extrai-se que a mesma denúncia foi formulada perante a OAB/GO (processo n. 2012/07183) bem como Ouvidoria da SAPEJUS. Contudo, consta que o denunciante não soube identificar os agressores e nem forneceu elementos para que fossem identificados. Diante disso, o pedido de providências por parte do Órgão restou prejudicado. Desta feita, o processo administrativo foi arquivado.

Denúncia nº 64/2014 – Homicídio(01/09)

A Comissão recebeu via gabinete de seu Presidente denúncia de omissão do Poder Público, no tocante ao esclarecimento do assassinato de um jovem ocorrido em 2005, na cidade de Aguas Lindas/GO, em que até hoje os acusados não foram denunciados.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
206	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
207	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente supracitado, autuado sob o n. 201400354695, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Águas Lindas de Goiás, para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 65/2014 – Omissão Estatal(09/09)

Família denuncia que detento preso na cadeia de Alto Paraíso-GO, possui problemas de saúde, especialmente, problemas respiratórios. Os familiares relataram dificuldades para levar os medicamentos de uso controlado que o recluso necessita, alegando a necessidade de internação do preso.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
212	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que foi encaminhado à Promotoria de Justiça da comarca de Alto Paraíso de Goiás, para conhecimento e providências pertinentes.
213	SAPEJUS	Foi encaminhado através do ofício cópia dos relatórios médicos da Unidade Prisional de Auto Paraíso/GO.

Denúncia nº 66/2014 – Ameaça de Morte(09/09)



Condenado por praticar homicídios e recluso na Casa de Prisão Provisória CPP desde 2011, estaria ameaçando de morte outros detentos.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
209	Ministério Público do Estado de Goiás	Através do ofício nos foi informado que a 69ª Promotoria de Justiça enviou ofício à Direção da CPP, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis ao caso. Ocorre que, a direção da referida unidade prisional procedeu a oitiva do preso e este não confessou os fatos denunciados. Diante disto e da falta de mais elementos, não foi possível a este Órgão tomar maiores providências.
210	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
211	Superintendência de Direitos Humanos do Estado de Goiás	

Denúncia nº 67/2014 – Maus Tratos (11/09)

Advogada denuncia ter sofrido abuso de autoridade, detenção ilegal, agressão e coação física, constrangimento ilegal e assédio moral por integrantes da guarda Civil de Goiânia-GO.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
215	Prefeitura Municipal de Goiânia	
216	Guarda Municipal da Região Metropolitana	



217	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente supracitado, atuado neste Órgão sob o n. 201400376826, foi encaminhado à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, para conhecimento e providências pertinentes.
218	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás	

Denúncia nº 68/2014 – Omissão Estatal(16/09)

Denúncia vem relatar as péssimas condições do presídio de Jataí, cidade do interior de Goiás. Segundo consta na denúncia o local não tem condições de receber os presos, a situação é precária, não tendo a casa do albergado e nem uma colônia agrícola.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
223	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
224	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	
225	Procuradoria Geral da República - MPF	

Denúncia nº 69/2014 – Omissão Estatal(16/09)

Não processada por insuficiência de dados.

Denúncia nº 70/2014 – Omissão Estatal(25/09)

Denúncia não processada por insuficiência de dados.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios

Denúncia nº 71/2014 – Violência Policial(22/09)

Denunciante relata que teria sido ameaçado no autódromo de Goiânia por policial militar, sendo levado arbitrariamente ao para o 8º Distrito Policia da capital, onde as ameaças teriam se intensificado.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
228	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
229	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente protocolo nº 201400412057, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de 10.10.2014, para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 72/2014 – Violência Policial(22/09)

Casa da Juventude denuncia o desaparecimento do Adolescente Kennedy Neves Rodrigues de 15 anos de idade. Segundo informações o adolescente saiu na noite do dia 23 de dezembro na chácara do governador e não retornou.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



226	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Ofício informa que conforme investigação realizada o referido adolescente veio a falecer em decorrência de homicídio no dia 23/12/2013. Diante da informação o boletim de ocorrência foi encaminhada à Delegacia de Homicídios, para providências cabíveis.
227	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente supracitado, autuado sob o n. 201400354695, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da comarca de Águas Lindas de Goiás, para conhecimento e providências pertinentes.

Denúncia nº 73/2014 – Violência Policial(30/09)

Denúncia não processada.

Denúncia nº 74/2014 – Violência Policial(01/10)

Denúncia de desaparecimento forçado de um jovem, desde 29 de outubro de 2013, na praça do Ancião em Anápolis– GO. Amigos da vítima relataram que nessa data, ele estava com amigos nesta mesma praça. Nesse dia o jovem teria sido agredido por policial militar que já há algum tempo ameaça a vítima.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
236	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente em epígrafe, protocolo nº 201400433144, foi encaminhado à Coordenadoria das



		Promotorias de Justiça da comarca de Catalão, na data de 23.10.2014, para conhecimento e providências que se entender pertinentes.
237	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 75/2014 – Questão fundiária(07/10)

O movimento camponês popular –MCP denunciou a ocorrência de graves problemas socioambientais relacionados a bacia hidrográfica do rio Samambaia em Catalão/GO, esclarecendo que, esta integra a bacia hidrográfica do rio Paranaíba situada no município de Catalão que atualmente é a principal fonte de abastecimento público de água desta cidade.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
234	Prefeitura Municipal de Catalão	
235	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 76/2014 – Omissão Estatal(23/10)

Casal de moradores do Setor Parque Amazonas, não receberam a casa destinada as famílias do bairro que seriam retirados da Av. Piratininga Qd. 01A nº 11, tendo em vista intervenção municipal, porém outros moradores do mesmo bairro teriam sido beneficiados por programa habitacional no Residencial Antônio Carlos Pires.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



244	Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – SEMDUS	
245	Secretária Municipal de Habitação	O ofício informa que a família em questão não foi identificada como moradora do local e do endereço citado, durante os anos de trabalho da equipe técnico social, por este motivo não faz jus à reposição do imóvel e não foi instaurado o processo administrativo para a mesma. Após os fatos foi realizado cadastro da família no Programa Habitacional de Interesse Social da Prefeitura de Goiânia.
246	Prefeitura Municipal de Goiânia	

Denúncia nº 77/2014 –Negligência(30/10)

Criança veio a óbito depois de ser atendida, e ser encaminhada para casa sem os devidos cuidados. Os pais denunciam descaso por parte de profissionais dos hospitais Materno Infantil e São Judas Tadeu na capital no atendimento ao seu filho.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
241	Conselho Regional de Medicina	
242	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	
243	Ministério Público do Estado de Goiás	MP informou que o expediente em epígrafe foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de



		10.11.2014, para conhecimento e providências pertinentes.
--	--	---

Denúncia nº 78/2014 – Violência Policial(21/11)

A Comissão de Direitos Humanos foi procurada por cidadão que busca esclarecimentos acerca do caso de seu filho que foi assassinado por policiais militares, e nunca obteve nenhuma resposta, segundo o denunciante ele tentou obter informações sobre o caso mais nada foi divulgado, nem mesmo do exame de balística.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
247	Ministério Público do Estado de Goiás	
248	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 79/2014 – Omissão Estatal(04/11)

No Residencial JK 2, moradores estão sendo ameaçados de assalto por frequentadores de “boca de fumo”. O denunciante teme por sua vida, pois sai cedo para o trabalho. A Policia já foi informada dos acontecimentos, porém nada fez para tentar resolver o problema.

Denúncia nº 80/2014 – Pedido de Proteção (11/11)

Cidadã brasileira que atualmente reside em Barcelona, denuncia que está sendo vítima de violência doméstica por parte de seu esposo.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
249	Consulado-Geral do Brasil em Madrid – Espanha	O Setor de Assistência a Brasileiros deste Consulado-Geral está em constante contato, desde o mês de outubro, com a



		Sra. Helda Novaes e sua advogada, María del Mar Gimeno. Informo que o processo judicial passa por nova fase de instrução, pendente ainda de informe psicológico da menor, e que a advogada comprometeu-se a comunicar este Consulado assim que o documento for emitido.
--	--	---

Denúncia nº 81/2014 – Perseguição Política (01/12)

Guarda Civil Municipal da cidade de Aparecida de Goiânia, denuncia perseguição política após atuar como dirigente sindical e reivindicar melhorias para a categoria.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
259	Secretaria Municipal de Defesa Social e Guarda Civil	
260	Ministério Público do Estado de Goiás	
262	Prefeitura de Aparecida de Goiânia	

Denúncia nº 82/2014 – Ameaça (13/12)

Casal de namorados denunciam agressões e intimidação durante abordagem policial nesta capital.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
279	Ministério Público do Estado de Goiás	
283	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 83/2014 – Questões Agrárias (10/12)

A Comissão de Direitos Humanos recebeu pedido de intervenção em questão fundiária relativa ao assentamento “Estreito da Ponte da Pedra”, localizado nos municípios de Paraúna, e Rio Verde no Estado de Goiás. No local existe assentamento há cerca de duas décadas, e que, em virtude de decisão judicial pode deixar de existir, com as terras retornando aos proprietários originários. Tal fato, pode trazer sérios prejuízos as famílias assentadas.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
289	INCRA	



3. DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS CIDADÃO PARTICIPATIVO:

Denúncia nº 01/2014 – Suborno/Propina (28/05)

Moradores Jardim Capuava denunciam administração do ginásio de esportes do bairro, que estariam cobrando uma contribuição no valor de 30 reais para a utilização do local.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
234	Agência Goiana de Esporte e Lazer	A AGEL por meio do Ofício 279/2014 GAB informa que foi instaurado um procedimento administrativo para apurar os fatos e foi concluído que o valor cobrado não é referente a uma taxa de uso e sim uma colaboração dos mesmos para manutenção da limpeza e conservação do imóvel
40	Prefeitura Municipal de Goiânia	Em atenção a referida Denúncia a Prefeitura de Goiânia nos passou por meio do Ofício 0282/2014 que a competência do Ginásio é da AGEL.

Denúncia nº 02/2014 – Suborno/Propina (12/02)

Moradores do Setor Sudoeste denunciam que a administração do Ginásio de esporte bairro, estariam pedindo doações para liberar acesso ao local, e também a falta de disponibilidade para as escolas por estar sempre locado para jogos particulares.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
13	Agência Goiana de Esporte e Lazer	O Órgão responsável pela administração do ginásio em resposta a referida



		denúncia informa que por meio do Ofício 279/2014 GAB que à citada doação não é obrigatória e sim um ato voluntário dos usuários para mantê-lo, e que o Ginásio é cedido gratuitamente durante o dia para a escola de iniciação esportiva e que o local sempre foi utilizado de maneira gratuita por instituições religiosas, de caridade e em eventos da comunidade em geral.
--	--	---

Denúncia nº 03/2014 – Negligência (18/02)

Reserva ecológica localizada no município de Aragoiania está abandonada pelo poder público, e que devido o descaso o local vem sendo ponto de encontro de usuários de drogas e acontece ainda estupros e assaltos.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
84	Prefeitura Municipal de Aragoiânia	Foi pedido a roçagem dos matos do local citado.
88	Secretária do Meio Ambiente de Aragoiânia	

Denúncia nº 04/2014 – Omissão Estatal(27/02)

Moradores do Setor Recanto das Minas Gerais denunciam falta de Hospital no bairro, sendo necessário se deslocarem para o CAIS Amendoeiras que fica distante do setor.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
81	Secretária Municipal de Saúde de Goiânia	
82	Ministério Público do Estado de Goiás	Em resposta o MP nos informou por que o setor Recanto das Minas Gerais encontra listado entre aquelas sobre as quais foi firmado junto com a Secretaria de Saúde Municipal um TAC cujo objeto consiste na reforma e implantação de unidades de atendimento.
83	Prefeitura Municipal de Goiânia	A Prefeitura Municipal de Goiânia por meio do MEMO. 4914-2014 DATSAUDE, que existe no Setor Recanto das Minas Gerais um Centro de saúde composto por 38 profissionais, e que estes atendem cerca de 2.941 famílias da região.

Denúncia nº 05/2014 – Outros (31/03)

Cidadão sugeriu modificações no projeto de implantação dos veículos leve sob trilhos - VLT em Goiânia.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
64	Prefeitura Municipal de Goiânia	



66	Secretária de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia	Em resposta do Governo de Goiás por meio do Of. 1197/2014 GAB, informa que a referida denúncia foi encaminhada para o Presidente do Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos que é quem tem competência para analisar as proposta citadas na denúncia.
----	--	---

Denúncia nº 06/2014 –Maus tratos(01/04)

Familiares de reeducandos do presídio de Trindade denunciam a prática de tortura e maus tratos no local.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
67	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Em resposta a Secretaria de Segurança Pública nos informou por meio do Of. 448-2014GAB que encaminharam a referida denúncia para a SAPEJUS que é o órgão responsável.
68	Ministério Público do Estado de Goiás	
70	SAPEJUS	

Denúncia nº 07/2014 – Omissão Estatal (04/06)

Denúncia não processada por falta de dados.

Denúncia nº 08/2014 –Suborno/Propina (28/08)

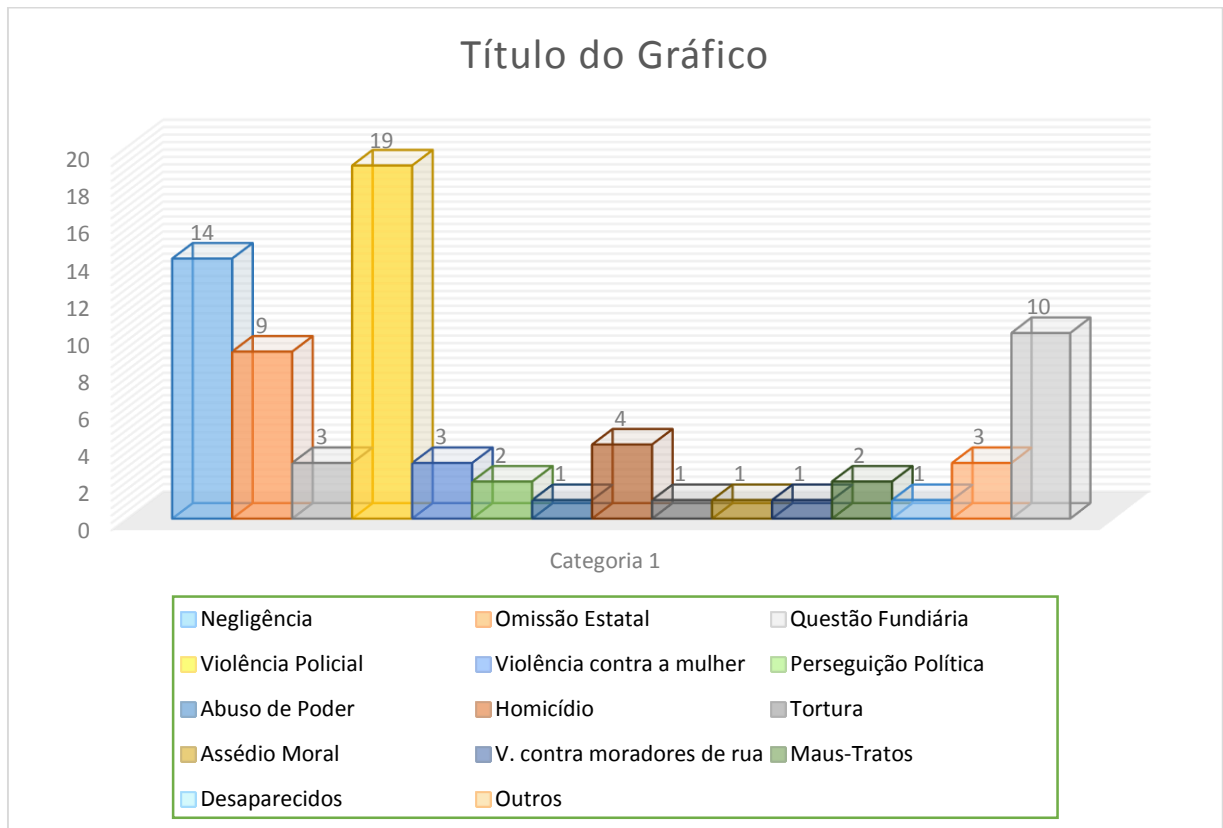


Denúncia de um portador de necessidades especiais onde relata que sua cidade (São Luís de Montes Belos) não possui rampas e nem banheiros públicos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
201	Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos	



3. TIPO E QUANTIDADE DE DENÚNCIAS NO 1º SEMESTRE 2014:





3. ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE DE 2014:

FEVEREIRO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>19/02 Participação em audiência pública para discutir sobre a situação dos moradores atingidos pelas construções de Barragens com os integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na cidade de Minaçu.</p> <p>14/02 Participação em audiência pública “Direitos e garantias fundamentais: realidade ou mito para os militares estaduais?”.</p>
VISITAS	
REUNIÕES	<p>17/02 Participação em reunião de preparação para a série de atividades em “Repúdio aos 50 anos do Golpe Militar no Brasil”. As atividades serão realizadas no período de 31 de março a 30 de abril com a temática principal “José Porfírio: Ditadura Nunca Mais”.</p>
DEMAIS AÇÕES	



MARÇO	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	<p>15/03 Realização de Audiência Pública “Luta camponesa de Trombas e Formoso”. Na ocasião foram ouvidos depoimentos de vítimas e parentes de vítimas envolvidas na revolta que eclodiu em meados dos anos 50 do século passado e que acabou reprimida pelo regime militar na base de perseguições, tortura, mortes e desaparecidos.</p>
REUNIÕES	<p>14/03 Participação do debate “Segurança Pública: desmilitarização da polícia”, durante a Calourada da Universidade Federal de Goiás, em Jataí.</p> <p>25/03 Participação no Encontro do Setorial de Direitos Humanos e Segurança Pública para discutir as Diretrizes de Programa de Governo visando um novo modelo de segurança pública, baseado na cidadania e na promoção dos direitos humanos.</p>
VISITAS	
DEMAIS AÇÕES	<p>10/03 Participação em solenidade para a apresentação da “Campanha da Fraternidade de 2014”, como o seguinte tema: “Fraternidade e o Tráfico Humano”, realizada no Plenário Getúlio Artiaga da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;</p>



	<p>20/03 Participação em ato à favor da paz e da justiça no caso do assassinato da assessora parlamentar Ana Maria Duarte, morta no, 14/03, durante um assalto em uma lanchonete do Setor Bela Vista, em Goiânia.</p>
--	--

ABRIL	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	<p>03/04 Realização de Audiência Pública acerca do tema: “Segurança Pública nas Unidades de Saúde do Distrito Sanitário Oeste” realizada na Igreja Católica do Conjunto Vera Cruz I, na cidade de Goiânia, com o propósito de discutir a recorrente falta de segurança, para trabalhadores e usuários das unidades de saúde da região oeste.</p> <p>08/04 Realização de Audiência Pública com o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, para tratar do Incidente de Deslocamento de Competência nº 3 (IDC-3)</p> <p>29/04 Participação em Audiência em Brasília, com o Ministro Jorge Mussi, do STJ Superior Tribunal de Justiça, relator do “Incidente de Deslocamento de Competência n.3 (IDC-3), que será discutido o processo de federalização das investigações e julgamentos ocorridos em Goiás;</p>



REUNIÕES	<p>01/04 Participação no debate “Diálogos Regionais – Centro-Oeste – do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONSEG 2015”, cujo objetivo foi discutir os resultados da 1º Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), bem como a situação geral da segurança no país, além de iniciar os preparativos para a 2ª CONSEG, que deverá ocorrer em 2015.</p> <p>04/04 Participação do debate sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, no Colégio Fractal, em Goiânia. Participaram do evento professores de história e geografia da instituição, além de aproximadamente 500 alunos das turmas do 3º ano e pré-vestibular</p>
DEMAIS AÇÕES	<p>01/04 Participação do Ato Público de Repúdio pelos 50 anos do Golpe Militar. O evento é uma realização do Fórum Honestino Guimarães Ditadura Nunca Mais – do qual o deputado é membro.</p>



MAIO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	20/05 Realização de Audiência Pública que teve como tema: “Segurança Pública: Extermínio da Juventude Negra” realizada na cidade de Senador Canedo;
REUNIÕES	14/05 Realização de reunião no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o tema: “Intolerância Religiosa”, que marcou o 6º ano de prisão de sete líderes da Comunidade Bahá’í no Irã. Na ocasião, também ocorreram debates que versaram sobre a criação do Fórum de Liberdade e Integração Religiosa do Estado de Goiás
VISITAS	
DEMAIS AÇÕES	13/05 Participação da “1ª Mostra de Arte Negra em Goiânia”. 15/05 Participação em passeata “Maluco Beleza”. O ato teve o objetivo de mostrar para a sociedade e para o poder público a ineficácia das práticas que ainda são utilizadas no tratamento do portador de transtorno mental. 16/05 Participação no “Arraia dos APA Exonados”, a festa é realizada anualmente e tem o intuito de integrar a comunidade, os familiares e os alunos da APAE. Além, de proporcionar as



	<p>crianças e aos adultos excepcionais momentos de diversão e lazer</p> <p>17/05 Recebimento de homenagem pela luta contra a homofobia e pelo respeito à diversidade sexual. No Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, a homenagem da Assessoria de Diversidade Sexual de Goiânia por ter contribuído com a luta pela cidadania das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e por uma cidade que supere as desigualdades, o racismo, o machismo, a LGBTfobia.</p> <p>22/05 Participação do lançamento do livro “Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)”. Escrito pelas ex-presas políticas Rosalina Santa Cruz e Amelinha Teles.</p>
--	---

JUNHO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>26/06 Realização de Audiência Pública, em parceria com o vereador de Quirinópolis Denílson Barbosa, com o tema: “Segurança Pública: Um direito do cidadão” para discutir os altos índices de furtos, assaltos e violências que assombram a região.</p>
REUNIÕES	<p>06/06 Participação, no Ministério Público do Estado de Goiás, do Seminário “Povos de Rua: Visibilidade, Políticas Públicas</p>



e Perspectivas”. O evento integrou a programação de atividades da mobilização organizada pelo MP-GO e entidades parceiras para chamar a atenção para a situação da população de rua.

06/06 Participação de reunião com as profissionais do sexo, na região do DERGO. O objetivo do encontro foi ouvir os depoimentos dos homens e mulheres e verificar a violação de direitos humanos causado pela ação abusiva e violenta da polícia militar no local.

10/06 Participação em reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás Joaquim Mesquita, juntamente com as profissionais do sexo que atuam na região do terminal do DERGO, cujo objetivo foi denunciar a violação de direitos humanos causado pela ação abusiva e violenta da Polícia Militar na região.

10/06 Realização de reunião em seu gabinete com o juiz Paulo Marcos de Farias, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), enviado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Jorge Mussi, para analisar os processos de cerca de 40 crimes ocorridos no Estado de Goiás. Os casos estão elencados no terceiro pedido de federalização registrado no País, oficialmente chamado de Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) 3

30/06 Participação em reunião com o superintendente do INCRA, Jorge Tadeu e os diretores do IFG, na cidade de Goiás;



DEMAIS AÇÕES	<p>15/06 Participação do Encontro de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da região da Cidade de Goiás. Com o tema "Justiça e profecia a serviço da vida"</p> <p>21/06 Participação na comemoração dos 16 anos do "Movimento dos Atingidos por Barragens em Uruaçu" - MAB, na ocasião o parlamentar ressaltou a importância do trabalho realizado pelo MAB na defesa das pessoas e contra as violações de direitos. "O MAB tem lutado com resistência em defesa dos atingidos e atingidas, em defesa da água e da energia sem a violação dos direitos humanos, e pela construção de um Projeto Popular para o país"</p>

AGOSTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA	<p>28/08 Realização de Audiência Pública "Segurança Pública em Goiás, e a Responsabilidade do Estado no Extermínio de Mulheres". Na ocasião, todos tiveram oportunidade de discutir e questionar os responsáveis acerca das investigações dos casos de homicídios de mulheres na capital no ano de 2014, e da suspeita de existência de um assassino em série.</p>



REUNIÕES	
VISITAS	
DEMAIS AÇÕES	

SETEMBRO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	



VISITAS	
REUNIÕES	<p>12/09 Participação na reunião da Comissão Estadual da Verdade.</p> <p>17/09 Participação em reunião no Conselho Estadual de Direitos Humanos</p>
DEMAIS AÇÕES	

OUTUBRO	



AUDIÊNCIA PÚBLICA	
REUNIÕES	<p>09/10 Participação em reunião no Conselho Superior da Polícia Civil</p> <p>10/10 Participação em reunião no Conselho Estadual de Direitos Humanos.</p> <p>31/10 Realização de audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, nos Estados Unidos. O tema: o desaparecimento forçado de 36 pessoas em Goiás entre os anos de 2000 e 2011 e a violação de direitos humanos em Goiás. A audiência tratará das dezenas de casos de desaparecimentos de pessoas com possível envolvimento de policiais que foram investigados pela Comissão Especial de Defesa da Cidadania, criada por decreto do governo estadual, em 2011.</p>

NOVEMBRO



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>13/11 Realização de audiência pública em Defesa da Autonomia Universitária e do Hospital das Clínicas (HC). No encontro foi discutida a adesão do Hospital das Clínicas da UFG à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).</p> <p>25/11 Realização de audiência pública que tratou sobre a Lei Estadual nº 17.767/12, relacionada à proteção animal em parceria com a Associação pela Redução Populacional e Contra o Abandono de Animais (Arpa Brasil). A oportunidade possibilitou a discussão sobre a Lei 17.767/12, a qual proíbe a matança indiscriminada pelos centros de zoonoses, institui o cão-comunitário, estabelece base jurídica para a implantação de políticas públicas de castração e de identificação dos animais nos municípios. A legislação garante a proteção e a promoção da vida dos animais, além de proporcionar um ambiente saudável, tendo em vista que o abandono é crime.</p>
REUNIÕES	<p>07/11 Participação na reunião da Comissão Estadual da Verdade.</p> <p>28/11 Participação em reunião do oitavo encontro de grupos de trabalho da Comissão Estadual da Verdade.</p> <p>19/11 Participação em reunião na Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, debatendo a Posse da Fazenda Santa Mônica</p>



DEMAIS AÇÕES	

DEZEMBRO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
REUNIÕES	<p>14/05 Realização de reunião no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o tema: “Intolerância Religiosa”, que marcou o 6º ano de prisão de sete líderes da Comunidade Bahá’í no Irã.</p> <p>Na ocasião, também ocorreram debates que versaram sobre a criação do Fórum de Liberdade e Integração Religiosa do Estado de Goiás</p>
VISITAS	



DEMAIS AÇÕES	<p>10/12 Participação no julgamento do processo Incidente de Deslocamento de Competência nº 3 (IDC-3), no Superior Tribunal de Justiça (STJ).</p> <p>12/12 Realização de sessão Solene em comemoração aos 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com o tema: “66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - “Direitos Humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé”.</p>
--------------	---



DEPUTADOS MEMBROS – 17ª Legislatura

(Decreto Administrativo n. 3.732, de 26 de fevereiro de 2013)

Presidente: Mauro Rubem (PT)
Vice-Presidente: [Nédio Leite](#) (PSDB)
[Francisco JR](#) (PSD)
[Luiz Carlos do Carmo](#) (PMDB)
[Simeyzon Silveira](#) (PSC)
[Isaura Lemos](#) (PC do B)

Suplentes

[Sônia Chaves](#) (PSDB)
[Ademir Menezes](#) (PSD)
[Lincoln Tejota](#) (PSD)
[Carlos Antonio](#) (PSC)
[Karlos Cabral](#) (PT)
[Luis Cesar Bueno](#) (PT)

Equipe Técnica

Assistente Legislativo: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico
Assistente Legislativo: Mardone Amador V. Júnior
Estagiária: Josieny Vieira Silva
Estagiário: João Gabriel Caetano Freitas
Estagiário: Filipe Houry Ribeiro
Estagiário: Lunary Cândido da Silva
Secretária: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico
Assessor Parlamentar: Marcus Fidelis